Desafios e Caminhos para uma Sociedade mais Igualitária

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Juliana Rodrigues Dos Santos Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O acesso à justiça é um direito fundamental garantido pela Constituição Brasileira, mas, na prática, muitos cidadãos enfrentam obstáculos significativos para exercer essa prerrogativa. O sistema judiciário, apesar de ter avançado em algumas questões, ainda apresenta diversas barreiras, como a morosidade, os altos custos e a falta de conhecimento jurídico da população. Diante disso, é essencial discutir os desafios do acesso à justiça no Brasil e as possíveis soluções para garantir que todos, independentemente de sua condição social ou econômica, possam ter seus direitos efetivamente protegidos.

Objetivo

Este estudo analisa os obstáculos ao acesso à justiça no Brasil, como morosidade, altos custos e falta de informação, especialmente para populações vulneráveis. Propõe soluções como tecnologias, audiências virtuais, digitalização de processos, fortalecimento das defensorias públicas e educação em direitos, com esforço conjunto entre Estado, sociedade e profissionais do direito.

Material e Métodos

O estudo adota uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental baseada na análise de legislações, como a Constituição Federal de 1988, e relatórios de órgãos como o CNJ e o IBGE, que fornecem dados sobre morosidade judicial e exclusão jurídica. A revisão de literatura incluiu artigos acadêmicos nas áreas de direito e políticas públicas, visando identificar desafios e propor soluções para o acesso à justiça.

A análise crítica e interpretativa das fontes buscou padrões e tendências para compreender os principais entraves ao sistema judiciário e embasar propostas de reforma baseadas em experiências exitosas e recomendações de especialistas.

Resultados e Discussão

Portanto, é urgente que o Brasil implemente reformas profundas no sistema judiciário para garantir um **acesso à justiça mais igualitário**. A agilização dos processos, a diminuição dos custos e a democratização da informação jurídica são passos fundamentais para que o direito de todos seja respeitado de forma plena. É preciso que o Estado, a sociedade civil e os profissionais da área jurídica trabalhem juntos para que a justiça não seja um

privilégio de poucos, mas um direito efetivo para todos os cidadãos, sem distinção de classe social ou região.

Conclusão

Embora o acesso à justiça seja um direito constitucional, ainda existem desafios como a morosidade dos processos, os altos custos dos serviços jurídicos e a falta de informação. Esses problemas exigem soluções eficazes para garantir a efetividade desse direito a todos. Com políticas públicas adequadas, educação em direitos e a melhoria do sistema judiciário, é possível construir um Brasil mais justo e igualitário, onde a justiça seja acessível a todos os cidadãos.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Relatório Justiça em Números 2023. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: https://www.cnj.jus.br. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Revolução Democrática da Justiça. São Paulo: Cortez, 2007.

PASTORE, José. Desafios do acesso à justiça no Brasil: um estudo empírico. Revista de Estudos Judiciários, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): dados socioeconômicos. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2024.